

Circular

112

Dez-71

boletim interno dos colaboradores da a.e.f.c.i.

SOBRE A LINHA DE ORIENTAÇÃO GERAL DO TRABALHO DA A.E.

SUMÁRIO.

PARTE A - A experiência de luta e a Orientação Geral

PARTE B - O oportunismo e a Orientação Geral

PARTE C - A análise da situação e a Orientação Geral

PARTE D - Conclusões

"Interessa entender a Orientação Geral da Associação como um critério que permite, num dado período de tempo, (...) distinguir em qualquer altura os processos fundamentais para a A.E., isto é, qual o trabalho fundamental para a A.E. no momento, e em direcção ao qual se devem lançar os diversos campos de actividade associativa—pedagógico, cultural, etc., assim como o trabalho nos diversos cursos."

(in Programa de Trabalho 70/71, cap.V "Orientação geral")

A importância desta questão é intuitiva. Mas isso é uma afirmação muito subjectiva, e por isso mesmo facilmente contestável. Poder-se-ia ser levado a pensar que a necessidade de estabelecer uma O.G. (Orientação Geral) resulta duma definição formal sobre o que é hábito fazer-se numa AE; ora na realidade tal definição formal não existe.

A consciência das necessidades surge da experiência. Foi precisamente a experiência de vários meses de fracassos e impasses sucessivos que ensinou aos colaboradores de Ciências, desde o ano de 69/70, a dar uma atenção muito especial à determinação duma O.G..

A experiência da luta e a Orientação Geral

"Isto (a O.Geral) é absolutamente indispensável para que exista uma verdadeira convergência de toda a actividade associativa na Faculdade; tanto mais que existe já por si uma certa tendência de isolamento e descoordenação, quer entre os cursos, quer entre os diversos "ranos" dessa actividade associativa."

(in Programa de Trabalho 70/71, cap.V)

1º período de 69/70: A Associação encontrava-se praticamente isolada da massa estudantil da Faculdade. Nessa altura, os colaboradores não se encontravam organizados em Comissões de Curso, mas sim (...) por secções: Pedagógica, Cultural, Imprensa e Propaganda (InProp).

A 1- Acontece que estas secções funcionavam em exclusiva de-
DISPERSÃO pendência das pessoas que nelas trabalhavam. Assim, cada sec-
E O ção fazia o que muito bem dava na telha dos respectivos cola-
ESTILO boradores, de tal modo eram vagos os Programas de Candidatu-
"CLUBISTA" ra. Constituindo uma espécie de "clubes" (onde se juntavam os
estudantes progressistas cheios de ideias...), cada uma se-
guia a sua orientação própria, e sem grande preocupação de--
acertar o passo e coordenar o seu trabalho com o dos outras-
secções.

Isto era de tal maneira que os raros colaboradores no -
vos que apareciam (em alturas de greves federativas, etc, --
não por trabalho interno) saltitavam de uma secção para ou--
tra - e não eram só os novos - até descobrir qual delas esco-
lhera o tema de trabalho mais "interessante" ; cada côr,
seu paladar.

Como não podia deixar de ser, este estilo de trabalho
alimentava o mais completo alheamento por parte dos estudan-
tes em relação à actividade associativa. Eis o resultado da
dispersão das secções e do estilo "clubista" de trabalho; que
não sendo feito em função dos interesses dos estudantes, era
totalmente oposto e impeditivo de um trabalho de massas.

AS 2- Era obvio que nesta situação, em que as secções não com
INCOMPATI- partilhavam de um único critério de prioridades de trabalho;
BILIDADES facilmente surgiriam incompatibilidades entre dois trabalhos
considerados cada um e simultaneamente "o mais importante".
E esta incompatibilidade surgiu de facto rapidamente.

Vejamos o que diz o texto F do relatório A.E.F.C.L. de
69/70:

"(...) O problema do oportunismo levantado pelas
questões federativas de 68/69 levou a que, logo
no início do ano, os colaboradores procurassem
a nível interno precaverem-se em relação a isso
através de uma descida dos níveis de decisão pa-
ra as Reuniões Gerais de Colaboradores (R.G.C.).
No entanto a nível de base, portanto para a mai-
oria dos estudantes, o problema tinha passado
despercebido e tornava-se necessário o seu escla-
recimento.

Em consequência de tudo isto, numa R.G.C. em
Dezembro (69) é proposta a realização de um
"meeting" com essa finalidade. Tendo-se verifica-
do um acordo geral dos colaboradores, ficou en-
tão definida a urgência da preparação.

Verificando-se, no entanto, ao fazer-se o
balanço dos quadros disponíveis (isto é, dos que
não estavam absorvidos pelos processos das sec-
ções), que o seu nº. era insuficiente para garan-
tir uma boa preparação, a que estão pôs-se então
do seguinte modo:

- Ou se mobilizavam os colaboradores das sec-
ções para o meeting (o que, na prática, corres-
pondia a uma interrupção momentânea dos seus
trabalhos).

- Ou se mobilizavam alguns colaboradores
individualmente (o que se viu ser impossí-
vel).

Por uma análise das secções chegou-se à con-
clusão que só a Cultural podia analisar o seu
esforço nesse sentido - o trabalho até então
desenvolvido limitara-se à discussão da orien-
tação a seguir pela Cultural, como já vimos.

As Pedagógicas, pelo contrário, estavam a

braços com a questão das faltas de salas, processo que envolvia grande parte dos estudantes — a paragem implicaria o seu fim." (...)
(in "C-CULTURAL-MEETING")

Ora o que acabou por acontecer foi que a Cultural levou avante a sua bela obra e o "meeting" não se fez, muito embora os colaboradores na R.G.C. se tivessem esfalfado a dizer e a concordar na sua maioria que o "meeting" era o mais importante.

É que os opositores dessa opinião (e que-claro- "habitavam" a Cultural) nem se davam ao luxo de aparecer nas R.G.C. ; a não ser um ou outro, para contestar a validade de uma eventual votação sobre o assunto...

Isto só foi possível precisamente porque os colaboradores não tinham ainda a clara noção da importância de estabelecer uma Orientação Geral.

Mas também foi assim que a começaram a ter.

OS 3 - Os problemas da dispersão e das incompatibilidades entre o trabalho das secções, estão directamente ligados à ausência de uma Orientação Geral.
ERROS DAS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

Foi em grande parte a consciência desses problemas e da sua conexão com a gestão da O.G. que levou os colaboradores a preocuparem-se nesse sentido; mas não só.

As próprias orientações específicas que cada secção seguia (muito em especial a Cultural e as Pedagógicas) eram erróneas(1) - o que não era de admirar, dado o estilo "clubista" desligado das massas, e os seus resultados foram de tal modo nefastos, que vieram a completar o quadro de fracassos e marasmo em grande escala que se desenhava.

Foi o combate a estas orientações específicas que pôs decisivamente na ordem do dia a construção de uma linha de Orientação Geral.

NOTA: Ler o Relatório A.E.F.C.L. 69/70.
Deste Rel. (ainda não acabado) saíram os textos A, B, D, E, F.

A 4 - Na 1ª "Circular" (7 Setembro 70); destinada a servir de base à discussão da O.G. para 70/71, descrevem-se o que na altura se constatou.
ORIENTAÇÃO GERAL PRÓPRIAMENTE DITA

Esta parte dessa circular:

"(...) A- Que se Entende Por Orientação Geral?

A linha de orientação Geral consiste num conjunto de definições que vão reger de uma forma global o trabalho a efectuar na Associação para este ano. Para tal, ela tem que:

- 1)- Assegurar a aplicação à prática dos Princípios Gerais do M. A. (Movimento Associativo): a apoliticidade, arreligiosidade, democraticidade interna, unicidade.
- 2)- Determinar, em função de uma análise da situação do momento actual, quais os tipos de trabalhos prioritários, isto é, para onde dirigir o principal dos nossos esforços.

B- Como se Traça a Linha de O. G.?

Para traçar uma linha de O.G. deve-se em princípio seguir o seguinte método:

- 1)- Analisar a experiência do trabalho anterior,

(1) Em que os traços mais característicos eram o menosprezo pela resolução dos problemas imediatos e colectivos dos estudantes.

e em particular a O. G. seguida ou não, assim como os resultados obtidos; daí retirando os ensinamentos para um trabalho futuro.

- 2)- Debruçar-se sobre as definições dos Principios Gerais do M. A. e averiguar do grau da sua aplicação à prática; determinar as correções a fazer a vícios cometidos neste campo.
- 3)- Fazer uma análise da situação do momento e daí retirar as prioridades actuais sobre o trabalho a fazer." (...)
(in "Circular" 1)

O mesmo se fez na R.G.C. de 21/5/71.

Eis parte de uma intervenção:

"(...) Sobre a utilidade da Orientação Geral, uma pessoa pode definir que esta tinha fundamentalmente duas utilidades importantes, que inclusivamente implicavam que ela tivesse de ser definida ora em R.G.A., ora em R.G.C., portanto sucessivamente uma a corrigir a outra ou a completá-la.

E essas duas importâncias são:

O 1º ponto, para garantir uma base unitária no trabalho

Quer dizer; havia uma dispersão p.ex. no ano passado com as secções: havia a secção Cultural que resolvia trabalhar com uma determinada orientação; a secção Pedagógicas trabalhava com outra orientação; não havia uma base unitária no trabalho da A.E., havia uma dispersão.

Por isso definiu-se da necessidade da R.G.C. determinar qual é que devia ser essa orientação isto é, qual é que havia de ser o esforço prioritário, o esforço fundamental. E uma vez a R.G.C. definindo isso, todos os colaboradores de todas as secções tinham como obrigação, na planificação mais concreta, mais específica, mais por menorizada do seu campo de trabalho, deviam ter em conta essas prioridades e esse esforço fundamental. Isto portanto para acabar com a completa dispersão do trabalho da A.E.

Portanto, a Orientação Geral para garantir a unidade.

O 2º ponto era para garantir a possibilidade de se conseguir fazer críticas com critério.

Quer dizer, a O.G. definia um critério em função do qual, depois, já se poderia analisar o trabalho feito, já se poderia ver se o trabalho feito era ou não correcto, se haveria ou não haveria que fazer correcções a esse trabalho." (...)

(in "Processo verbal da R.G.C. de 21/5/71).

Exemplificando com o caso concreto deste ano, em que se decidiu acabar com as secções (que alimentavam o estilo "clubista" de trabalho) e organizar as comissões de curso com base para um verdadeiro trabalho de massas, ligado estreitamente à resolução dos problemas dos estudantes, o interveniente continuou:

"... Definindo por O.G.-como vem no Programa de Trabalho deste ano- " considerar fundamental e prioritário todo o trabalho que se traduza numa maior consolidação interna da Associação, entendendo por consolidação interna tudo aquilo que tenha como efeito a curto prazo uma primeira ra-

dicação da A.E. nos Estudantes da Faculdade, uma grande aproximação deles, da sua actividade, quer no âmbito da estruturação (alongamento das comissões de curso, radicação destas nos cursos), quer no âmbito de movimentações colectivas dos estudantes-que quebrem, ou contribuam para tal, o marasmo e a apatia predominantes na Faculdade."

(In P.T. cap. V) " ... Nós depois ao verificar o trabalho feito, verificamos em função disto, se este trabalho está a promover o incremento da organização nas tursos, se está a promover a aproximação das C. Curso em relação aos cursos, se está a promover um início de queda do marasmo que havia na Faculdade, a criar as bases de uma movimentação a quebrar a inércia; nós então podemos averiguar se esse trabalho é mais ou menos correcto e corrigi-lo em função disso. É portanto uma espécie de critério." (...)

(In Processo Verbal da R.G.C. de 21/5/71)

----- //----- //

B- O Oportunismo e a Orientação Geral

Porque se opunham (e opõem) certos oportunistas ao estabelecimento de uma O.G.? Claro que, em primeiro lugar, por ter a consciência de se encontrar a minoria Estarem em maioria, o mais lógico seria implantarem uma O.G. oportunista (ou mesmo nem se preocuparem com tal coisa).

Mas isso, por isso só, não chega. O facto de se ser uma minoria a defender determinada orientação da luta e do trabalho, não implica de modo algum que essa orientação seja oportunista, ou até simplesmente errada. A confirmá-lo estão inúmeros episódios da História do M.A.; por outro lado, nem sempre a oposição à criação de uma O.G. se encontra em situação minoritária.

A explicação mais profunda, temos que ir procurá-la noutro lado.

Sem pretender esgotar o tema, podemos situá-la em torno de dois pontos fundamentais:

1ª.- PURA E SIMPLES MEDIOCRIDADE E INCAPACIDADE-que leva estes oportunistas a tentar evitar uma ampla e constante discussão das suas "teses" por parte de todos os colaboradores e até pelos estudantes (e não só na altura das eleições...);

2ª.- ESPONTANEISMO que leva estes oportunistas a menosprezar planificações prévias de orientação, definição a distância de critérios de prioridades, etc. e consequentemente menosprezar a uniformização e centralização do trabalho e da luta (2).

A oposição ao estabelecimento de uma O.G. raras vezes foi feita frontal e abertamente. Com mais frequência, esta oposição disfarça-se sob a forma de determinadas palavras de ordem ou "teses", cujo conteúdo são outras tantas formas de oportunismo; outras vezes, ela é apenas indirecta, preocupando-se mais com a questão (muito interligada) dos níveis de decisão

Como pretendemos aqui apenas os casos que mais de perto tocaram a nossa Escola, entenda-se este capítulo mais como uma "apresentação" do problema. Igualmente os dois pontos fundamentais atrás referidos, que ultrapassam largamente o âmbito da questão da O.G., só serão no entanto abordados no que a ela disser respeito.

Restará, pois, muito a dizer.

(2) - Isto é, evidentemente, uma classificação muito sumária e incompleta.

1ª TESE - A Autonomia das secções face à R.G.C.

O SEU TEOR

1- Consistia em pretender que a R.G.C. não poderia vincular as secções a seguirem e enquadrarem-se numa única Orientação Geral do trabalho. Em última análise, consistia numa divergência quanto ao papel desempenhado pela R.G.C.

A SUA EVOLUÇÃO

2- Esta tese nunca pode surgir em Ciências 69/70 senão mascarada, pois (logo por azar) em virtude da questão do oportunismo federativo, (3) tinha-se decidido já no princípio do ano que em questões de orientação (e posições em R.I.A.), a Direcção da A.E. vinculava-se às decisões da R.G.C.; subentendia-se facilmente que o mesmo acontecia para as secções. Mas no entanto ela (tese) na prática não conseguiu impôr-se (como já vimos no caso Cultura-Meeting), graças à confusão que ainda reinava nos colaboradores.

A vitória da prática nesta tese foi, porém, de curta duração. Começando a dissipar-se a confusão graças a um clima constante nos colaboradores de crítica virulenta, acabou a IMPROP da A.E. por apresentar uma proposta sobre os níveis de decisão, que repudiava abertamente a autonomia das secções. A proposta foi obviamente aprovada.

Embora não fazendo mais que explicitar a decisão anterior referida (sobre os níveis de decisão, que pelos vistos se encontrava "esquecida"), a proposta da Direcção foi útil, pois impôs decisivamente a discussão da O.G. na R.G.C. .

Mas apresentava ainda vários defeitos, como podemos observar:

(...) " PROPOSTA DA DIRECÇÃO À R.G.C.:

Na conduta do movimento estudantil (M.E.) sua definição estratégica e consequentes opções táticas entende-se que:

1) É à R.G.C. - conjunto máximo dos quadros formados e a formar no M.E. - que cabe essa definição fundamental.

2) - Esta pressupõe uma actuação, ou seja uma prática a desenvolver no seio do movimento que envolve formas específicas de acção de acordo com o seu conteúdo, donde é às secções-entendidas nessa divisão de trabalho- que cabe a orientação nesse lançamento à prática, não como simples executoras mas sim na perspetivação de acordo com a definição anterior dos processos a desenvolver.

3) - Atendendo às diferentes formas de movimentação, a coordenação global e a perspectiva -ção a dar na prática do movimento estudantil como um todo, será feita a nível de Direcção-cabendo-lhe a responsabilidade na condução geral dos processos a lançar.

Não se entendem estes três níveis de decisão fundamentais como estanques, mas sim como perfeitamente interligados entre si".

O 1º defeito é a ausência de definição do poder de decisão dos estudantes e nas R.G.A sobre o assunto. Esta questão é fundamental e a ela voltaremos noutro texto.

O 2º defeito está na própria terminologia usada, muito particularmente quando identificava o M.E. (que se deve entender com os seus aspectos políticos e sindicais) com o M.A. (que é o aspecto sindical legal); assim como quando identifica a questão da O.G. como "definição estratégica e consequentes opções táticas". Também sobre isso se falará (na parte D), embora não seja tão importante.

O SEU SIGNIFICADO

3- O significado e a razão de ser da tese da autonomia das secções face à R.

(3)- Ver texto B do relatório 69/70 A.E.F.C.L.; Circular nº.4; o texto "Lê estudante" (de 69/70).

G.C. é visível a quilómetros de distância. Possuindo um carácter dispersivo e de segregador da luta, é bem evidente que os seus defensores (sempre à socapa) pretendiam evitar que a sua orientação específica, vitoriosa numa secção-graças ao "clubismo", com número restrito de colaboradores- fosse discutida por todos os colaboradores; muito possivelmente, considerada antagónica com uma O.G.-traçada pela R.G.C.

Coisa que aliás veio a acontecer... diga-se de passagem, confirmando os re-
ceios oportunistas desses senhores.

2ª. TESE- Contra os critérios e esquemas "pré-concebidos"

O SEU TEOR

4- Consistia em pretender que o estabelecimento prévio de critérios de prioridades, de objectivos de luta (imediatos e mediatos), era não só um erro "me-
canicista" de aplicação de "esquemas pré fabricados" que "a prática não tinha a
inda demonstrado", como também uma coisa extremamente nociva, pois deturpava a "
pureza" da movimentação espontânea das massas estudantis.

No primeiro campo afirmavam: "A prática é que ensina" e no segundo, havia
que chegavam ao ponto de defender que não se deviam comentar os textos que apare-
ciam nos jornais murais, para não "influenciar as massas préconcebidamente"...

A SUA EVOLUÇÃO

5- Claro que isto gerou uma discussão acesa nas R.G.C., que durou aproximada-
mente 2 meses e tal; praticamente o 2º período 69/70.

Muito sinteticamente, a ideia base desenvolvida por esta tese era a seguin-
te:

1º- A movimentação global até à altura tinha sido orientada se-
gundo parâmetros errados, o que levava aos impasses da situação global (4);

2º- Assim, não se tendo verificado a "verdadeira" movimentação
de massas, não podia existir nenhuma vanguarda apta a dirigi-la e a dar palavras
de ordem consequentes;

3º- Daí a impossibilidade de se estabelecer na altura uma O.G.
antes de haver a tal "verdadeira" movimentação.

Então que fazer?

O fundamental era que as massas se movimentassem espontaneamente, o que se
conseguiria evitando qualquer palavra de ordem "préconcebida" do "exterior" das
massas, que "deturpasse o poder criador", desta movimentação, espontânea, nasce-
ria então uma vanguarda. Logo, os colaboradores deveriam abster-se de estabelecer
uma O.G. unificada, e sim irem "diluir-se nas massas" (5), pois a prática que fos
sem desenvolvendo é que os iria ensinando sobre esta questão.

Toda esta teoria, profundamente espontaneísta e de um idealismo atrás, foi
passada a crivo e rebatida praticamente por completo.

1º.- Quanto ao primeiro ponto todos estávamos de acordo; os er-
ros estavam à vista.

2º.- Sobre a inexistência de uma vanguarda, o problema estava a
ser posto de uma forma linear, unilateral e não dialectica: se bem que não hou-
vesse de facto uma vanguarda propriamente dita, era óbvio que os erros anteriores
tinham consciencializado um bom número de estudantes da necessidade de os corri-
gir, assim como fornecido uma certa experiência sobre a forma de como o fazer.
Estes estudantes encontravam-se era dispersos, mal organizados, de ideias não to-
talmente esclarecidas, mas constituindo sem dúvida um embrião de vanguarda.

3º- Claro que esta experiência permitia ao tal embrião elaborar
uma linha unificada de trabalho, uma O.G., sem dúvida a ser imediatamente aferi-
da verificada pelos resultados da movimentação posterior.

4º.- Esta história da "pureza" da movimentação espontânea não
passava de um grande contra-censo. Com a origem de classe, a influência familiar
paralizante, a constante deformação cultural e informativa que sofrem, - o expon-
taneísmo da massa estudantil apenas pode levar a uma movimentação predominantemen

5 (4)- Isto não se referia só a Ciências, mas a todo o Mov. Associativo.

(5)- Ver "Relatório ALFCL", texto D

te individualista, de egoísmo mesquinho, ou quando muito, de características ultra reformistas (pedidos "colectivos" ao sr. prof...etc); será esta a tal verdadeira movimentação?

O potencial progressivo da movimentação da massa estudantil, o seu efectivo poder criador, só é explicado e só surge efectivamente quando os seus melhores elementos, os mais representativos de uma consciência colectiva, se destacam como vanguarda (neste caso, como embrião de vanguarda) e são capazes de orientar e conduzir mais ou menos estritamente essa movimentação.

Ora, com os diabos, embora titubeante, a luta estudantil associativa já de há bastante tempo que adquiriu um conteúdo essencialmente progressista, nas movimentações de massa que conseguiu efectuar.

5º- Que "prática é que ensina" isso era indiscutível. Mas não é qualquer prática, indiscriminada, que bem ensina; pois determinadas formas de prática podem igualmente viciar, permanentemente, se não houver algo mais: critério.

Só uma prática com critério permite ao colaborador não actuar às cegas, e poder verificar constantemente a correcção dessa prática. Sem um critério de verificação ele não pode corrigir-se, se por acaso estiver no caminho errado; e se se não pode corrigir, ele não apreende, mas sim vicia-se.

Por seu lado, a prática corrigida permite ir aferindo e aprefeioando o critério.

(ex: trabalha-se num curso. Sem dúvida que haverá temas que na altura serão objectivamente mais urgentes que outros-embora isso possa não ser visível à primeira vista. Que vão os colaboradores fazer? Centrar principalmente as suas fracas forças na questão das bichas? na reforma do ensino em geral? nos métodos de ensino em particular? etc. Em cada momento, os colaboradores terão necessariamente que escolher o sentido principal da sua prática, e só poderão ver se escolheram certo se possuírem um critério. Por ex: prioridade para o aumento da organização - verificando então se o trabalho central escolhido produziu ou não um bom aumento de organização, etc.

Por outro lado, é verificando então se com o tempo a movimentação vai globalmente melhorando, que é possível aferir da justeza do critério escolhido.)

O SEU SIGNIFICADO

6- Que concluem então os colaboradores da R.G.C.?

Que era aquela "teoria a desafinar precisamente todas as leis da dialectica, as leis científicas que regem o desenvolvimento da movimentação:

- Em primeiro lugar, parte do princípio que se começa do zero quanto a existir uma vanguarda, e que a movimentação é de "geração espontanea"; (no princípio temos as massas e só depois surgem os polos da contradição vanguarda-massas... , quando afinal estes são reflexo e condição característicos de toda a movimentação)

- Em segundo lugar, ignora por completo o efeito positivo da experiência anterior do movimento e considera apenas o efeito negativo (perspectiva unilateral vê a parte não o todo, vê a árvore mas não a floresta);

- Em terceiro lugar, "esquece-se" finalmente que os colaboradores já tinham desenvolvido alguma prática, e o que esta tinha ensinado era precisamente da necessidade de se estabelecer uma O.G., unificar o trabalho e os esforços dos colaboradores.

Daí o caracter falso e fantasia dos receios de fazer "esquemas pré-fabricados" e das ideias de "diluir nas massas" os colaboradores; assim como o seu sentido reaccionário, pois objectivamente (as intenções aqui não nos interessam) produziria um atraso da luta ao impedir os colaboradores de utilizarem devidamente a experiência e os ensinamentos da movimentação passada, e dar um novo passo em frente.

SOBRE AS FORMAS ACTUAIS DESTAS TESES

7- Como já foi dito, este capítulo aborda as formas de oportunismo que se verificaram na altura em que pôs de pé o problema da O.G. Muito importante será tratar das formas actuais que estas teses oportunistas revestem principalmente no que respeita à autonomia das secções.

Eliminando as secções como base organizativa da A.E. e estabelecendo o princípio da organização nos cursos de todas as formas de actividade associativa-Cultural, Pedagógica, Informativa, Convívio, Desportiva, etc.- e não apenas da actividade pedagógica (como até aqui se tinha encarado), o ano de 70/71 assistiu não só a um rude golpe no estilo "clubista" do trabalho, como à morte da 1ª tese dentro da sua forma inicial.

Assim, não é de admirar que esta se desdobrasse em dois sentidos: contra a organização cultural e informativa nos cursos (comissões de curso é só para pedagógicas") e pela autonomia das Comissões de Curso face às estruturas coordenadoras, como a R.G.C.

No entanto para não alongar mais este texto, e dado que interessa bastante o desenvolver o assunto, é preferível dedicar-se-lhe outro documento.

// //

C- A análise da situação e a Orientação Geral

É sabido que certos dirigentes associativos pelam-se por fazer "análises". E fazem-nas sempre muito "profundas", a propósito de tudo e de nada, em todas as circunstâncias... com ou sem auditório.

Muitos dos colaboradores que assistiram às primeiras R.G.C. deste ano (70/71) lembrar-se-ão sem dúvida das gargalhadas e da chuva de protestos que rebentaram quando certo indivíduo (a propósito duma questão extremamente simples e directamente perceptível) começou: "Desde a década de 50, que o capitalismo..."; os estudantes, pelo seu lado, têm uma amarga experiência de descomunais, enfadonhas, pretenciosas e frequentemente despropositadas "análises" em diversas reuniões de massas.

Poderá concluir-se daqui que é errado procurar constantemente analisar a situação? Certamente que não. O que se deve concluir é que as análises sendo imprescindíveis, devem ser feitas de acordo com o que se necessita delas na ocasião; dirigindo-se a um certo auditório, devem tê-lo em conta; tendo uma certa finalidade, devem-se circunscrever a ela; tendo uma importância variável, devem-lhe ser proporcionais; etc. Finalmente, não havendo uma sua grande necessidade, devem-se pura e simplesmente excluir.

Proceder a uma análise da situação, é coisa indispensável para se obter uma linha de O.G. para o trabalho do M.A. Mas precisamente por isso, ela não se faz de qualquer maneira; é necessário moldá-la a essa sua finalidade.

Desta forma, não se pretende aqui, neste capítulo, proceder propriamente a uma análise da situação. A intenção é apenas a de dar um contributo que ajude os colaboradores a apreenderem, de acordo com o que se disse, os caminhos que para tal se necessitam de percorrer

a) Na generalidade

A ANÁLISE GLOBAL

1- Como construir então a O.G.?

Segundo o que se transcreveu da circular 1 (parte A), ela assenta

- 1º. - Nos ensinamentos da experiência do trabalho anterior;
- 2º. - No estudo dos Princípios Gerais do M.A.;
- 3º. - Na análise da situação do momento.

Ora isto pode ser tudo englobado no que denominaremos de ANÁLISE GLOBAL da situação (no sentido lato), incluindo a análise do sentido da sua evolução (isto é, da experiência anterior).

Nesta análise global, como o nome indica, teremos de abranger não só a própria situação interna do M.A. (ex: número de colaboradores, grau de politização da luta sindical, etc.); como também daquilo que lhe é exterior (ex: Legislação, política governamental, luta da população trabalhadora, etc); tudo aquilo que é atingido pela actuação do M.A. e tudo aquilo que o condiciona

O ESTUDO DAS CONTRADIÇÕES

Para fazer este estudo da situação, teremos de enumerar e estudar as diversas contradições que a caracterizam. E porquê?

Porque qualquer aspecto da situação que a gente encontre tem sempre o seu aspecto contrário; se há os estudantes que vão às R.G.As, há também os que não vão se são as cantinas universitárias geridas pelos estudantes que encaramos, há as

que não o são; etc. Ora se nós estudamos estes aspectos isoladamente por si só ficamos com uma visão unilateral e falseada da situação. De que nos serve a informação que em X escola houve uma R.G.A. com 100 alunos? Muito pouco, se não tivermos pelo menos a noção do número de alunos que faltaram.

Mais alguns exemplos: Contradição estudantes associativos-estudantes ~~ant~~ sociativos; estudantes politizados-estudantes despolitizados; colaboradores regulares-colaboradores eventuais; professor-aluno; Professores reaccionários-professores progressistas; classes dominantes-classes dominadas; exploradores-explorados; (deputados) burgueses "liberais" - (deputados) burgueses fascistas; etc.

Como se estudam estas contradições?

Fundamentalmente em 3 pontos: aspecto dominante, evolução, conexões mútuas.

Apreciemos a contradição estudantes politizados-estudantes despolitizados. Que existem os dois aspectos, as duas espécies, sabemos nós; mas o que tem mais importância é ter em conta qual deles predomina - neste caso, o polo "estudantes despolitizados". É esse o aspecto dominante da contradição.

Mas esta situação não é estática: os estudantes despolitizados podem converter-se em politizados, assim como pode surgir uma nova geração de estudantes que venha engrossar o caudal dos despolitizados; ora a nós não nos é indiferente saber se o domínio da despolitização tem vindo a crescer ou a decrescer, e como - neste caso a decrescer, mas devagar. É essa a evolução.

Por outro lado, o domínio da despolitização e a sua lenta queda, influencia e depende simultaneamente doutros factores - ex: do aspecto dominante e da evolução da contradição "consistência da organização associativa-inconsistência da mesma". São essas e outras as suas conexões mútuas.

A CONTRADIÇÃO PRINCIPAL

3- Porém se nos limitássemos a estudar todas estas contradições, sem lhes atribuir uma importância relativa, passaríamos anos e anos nesta tarefa.

Ora nós não estudamos a situação por estudar; analisamo-la para extrair uma linha de O.G.. Isto leva-nos a procurar a contradição mais característica da situação do M.A., aquela da qual a O.G. irá fundamentalmente depender; isto é, leva-nos a procurar a contradição principal, em comparação com a qual as restantes contradições exercerão influências secundárias.

Sem estarmos a concisar muito o assunto, e se nos limitarmos ao enunciar do genérico, podemos visivelmente afirmar que esta contradição principal que opõe o M.A., os seus aliados (população progressista) e a conjuntura que lhe é favorável, às forças anti-associativas, às suas aliadas (população reaccionária) e a conjuntura que lhes é favorável (a elas).

O ASPECTO PRINCIPAL DESSA CONTRADIÇÃO

4 - Enunciada genericamente a contradição principal, é necessário estudá-la

Em 1º. lugar é necessário explicitar melhor essa história dos aliados e das conjunturas; para tal, é imprescindível estudar um certo número de contradições secundárias, que completam o conteúdo da principal.

Em 2º. lugar, terão os dois polos da contradição, a mesma importância? Não predominará um sobre o outro? Por outras palavras, é necessário investigar se o aspecto principal da contradição, aquela que predomina, é a força ou fraqueza do M.A. e seus aliados, com a sua conjuntura favorável.

Isto obtém-se apreciando por um lado a força intrínseca de cada um dos aspectos (polos) da contradição e por outro lado a força relativa entre eles (ex.: o polo do M.A. pode encontrar-se fraco em valor absoluto, mas se o outro polo estiver também fraco, a posição relativa do 1º. poderá ser de força); A forma de fazer essa apreciação consiste em enumerar as principais condições objectivas e subjectivas da relação de forças entre um polo e outro.

AS CONDIÇÕES OBJECTIVAS E SUBJECTIVAS

5- Para uma melhor compreensão, vejamos o que serão as condições objectivas e subjectivas, por exemplo da movimentação associativa (6)

Condições objectivas serão aquelas que refletem e influem por si só, objectivamente, a evolução da movimentação associativa; o seu condicionamento é impessoal, isto é, a forma como influem (e refletem) o movimento não depende dos comportamentos e atitudes das pessoas. Ex.: número de colaboradores de um A.E.; relação número de Escolas com A.E-número sem; de um modo geral, o estado quantitativo da organização; etc.

Condições Subjectivas serão aquelas que refletem e influem a movimentação através de atitudes e comportamentos das pessoas e das massas estudantis; isto é subjectivamente. Exemplos: nível qualitativo da formação crítica dos colaboradores; antecedentes vitórios de certos métodos de luta; época perto de exames; de um modo geral grau de politização da massa estudantil, etc.

É bem fácil de ver que a distinção entre condições objectivas e subjectivas só serve para facilitar a exposição; desligar a compreensão de uma das outras, torna impossível apreciar devidamente qualquer situação.

Ex.: Saber que o nº de colaboradores é pequeno, mas não saber da qualidade dos que existem, de pouco nos serve; saber que certas propostas muito politizadas foram aprovadas numa reunião (condição subjectiva), mas não saber a importância relativa do nº. de estudantes presentes (condição objectiva), igualmente pouco nos diz; etc.

De igual forma se pode ver que a classificação das condições num ou noutro tipo também não é absolutamente rígida, havendo mesmo possibilidade de existir diversas classificações; o que é importante é escolher-se uma como lógica e explicitar previamente qual.

BREVE SÍNTESE

6- Como vemos, possuímos já uma importante linha de raciocínio; a ANÁLISE GLOBAL da situação não se faz à toa, mas sim visando determinar se aquilo que melhor a caracteriza é a situação de força ou fraqueza do M.A. e do que lhe é favorável; isto é visando principalmente determinar a correlação de forças existente

Sabemos também que para isso temos de:

- 1º- Apreciar as diversas contradições que a realidade nos apresenta.
- 2º- Seleccionar de entre elas a contradição principal (referente ao problema da O.G.) e enunciá-la integralmente;
- 3º- Determinar qual dos dois pólos contrários predomina, isto é, qual deles constitui o aspecto principal dessa contradição;
- 4º Para tal efeito, apreciar as principais condições objectivas e subjectivas do movimento geral.

Qual então a importância deste raciocínio?

- Em 1º lugar, ele diz-nos que nos devemos centrar no problema das relações de força;

- Em 2º lugar, ele lembra-nos que o nosso campo de actuação (onde podemos trabalhar para a alteração conveniente das condições objectivas e subjectivas) em quanto colaboradores do M.A. se restringe ao MOVIMENTO ASSOCIATIVO (sindical-legal)

Ora isto leva-nos a prescindir de grandes esforços na preocupação de estudar profundamente muitas das contradições secundárias e de preencher com grande precisão o enunciado da contradição principal; assim como a prescindir de grandes aprofundamentos no estudo da situação dos aliados e das conjunturas favoráveis, bastando compreender todo o alcance da sua influência e determinar na generalidade se estas situações de aliados e conj. correspondem a uma posição de força ou fraqueza relativa

(6) Existirão, provavelmente, outras classificações válidas, por ex.: considerar subjectivas as condições que dizem respeito ao elemento consciente da movimentação (vanguarda) e objectivas as que caracterizam a situação independentemente do estado desse elemento consciente.